

EDITORIAL

Apresentamos o número 50 da Revista BARBARÓI, edição do segundo semestre de 2017. A Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul (DCH/UNISC), acumula um histórico de comprometimento com a reflexão teórica de temas de interesse nas áreas da filosofia, da psicologia, do serviço social, da antropologia, da ciência política, da sociologia e do planejamento urbano, demografia e desenvolvimento regional. Tem, nesse sentido, o compromisso e o interesse de publicar a produção teórica atualizada de pesquisadores das ciências humanas e sociais. E o reconhecimento da comunidade acadêmica e científica, resultado da qualidade dos artigos na BARBARÓI publicados, é também certificado em suas avaliações no QUALIS-CAPES: B2 em Psicologia, B2 em Educação, B2 no Interdisciplinar, B1 em Serviço Social e B1 em Planejamento Urbano, Demografia e Desenvolvimento Regional. Seguindo a tradição de apresentar temas diversificados e oriundos de investigações e de reflexões dos diferentes campos disciplinares das ciências sociais e humanas, bem como da filosofia, o presente artigo apresenta **quinze artigos**, abordando temas diversificados e vinculados à psicologia, ao serviço social, à sociologia e à ciência política.

José Agustín Millán Muñoz, com o artigo *¿Resulta posible que un pueblo se autogobierne? Una paradoja generada por la ambigüedad entre participación y representación en la libertad de los modernos en el contexto de la libertad de los antiguos*, abre o número. Nele, o autor apresenta uma análise da relação entre o conceito de povo e crise de representação do corpo político, bem como da ambiguidade que se evidencia com as crises de participação e de representação da liberdade entre os modernos. Pretende o autor compreender sociologicamente essas relações, problematizando a possibilidade de autogoverno de um povo e as consequências da anulação/destruição dos exercícios de deveres e direitos que toda a cidadania democrática reporta.

Na sequência, no artigo *Análise sobre ações coletivas: contribuições e limites teóricos na produção científica da psicologia social brasileira*, **Livia Barbosa Lima Amanda**, **Layse Oliveira Feitosa** e **Frederico Alves Costa** analisam como o tema da ação coletiva é abordado por pesquisadoras/es do campo da psicologia social. Pretendem os autores localizar as teorias que fundamentam investigações contemporâneas sobre movimentos sociais no contexto brasileiro e refletir sobre suas limitações e contribuições para a democratização da sociedade. Os autores tomam como referência treze artigos categorizados a partir da temática *ação*

coletiva (publicados a partir de 2003, escritos em português e produzidos por oito pesquisadoras/es presentes no mapeamento); a partir desses artigos, consideram duas categorias analíticas que se referem a conceitos centrais utilizados nas análises – gênero e identidade –, as quais orientam a discussão sobre contribuições e limitações das perspectivas teóricas para a compreensão do processo de democratização social.

No artigo *Reformando a reforma e reestruturando o discurso: a perspectiva dos deputados do PT nas reformas da previdência dos governos FHC e Lula*, **Felipe Corral de Freitas** apresenta as propostas de reformas da Previdência dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), identificando os argumentos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) proferidos durante as Seções do Grande Expediente da Câmara Federal, nos dois períodos de análise. A partir dessa identificação, o autor analisa a variação discursiva dos representantes do PT no Congresso Nacional, argumentando que chegada do PT ao comando do Executivo Federal condicionou, de forma elucidativa, uma variação de seu discurso em relação à Reforma da Previdência.

Virginia Elisabeta Etges e **Sadi Baron**, em *Hidronegócio em questão: empoderamento dos atores regionais no contexto da descentralização da geração e gestão da energia elétrica*, apresentam uma reflexão sobre o modelo centralizado de produção de energia elétrica no Brasil, com destaque para a fonte hidrelétrica, realizada por meio da construção de barragens e usinas, que geram fortes impactos sociais e ambientais. Para os autores, esse modelo, que opera de forma verticalizada, interligado de norte a sul, fez da energia elétrica uma mercadoria, uma commodity, que favorece o desenvolvimento do Hidronegócio; dessa forma, atende aos interesses de grandes grupos econômicos, empreiteiras, bancos, fornecedoras de equipamentos, grandes consumidores e empresas de consultoria que visam unicamente o aumento dos seus lucros. Para se contrapor a esse modelo, que concentra e exclui, argumentam os autores, é necessário que ocorra a desconcentração da produção de energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais regionais, como a biomassa residual, possibilitando o empoderamento das comunidades, visando a promoção do desenvolvimento regional.

Luciana Codognoto da Silva, em *O trabalho de mulheres na reciclagem: ambiguidades, fronteiras e representações*, apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou as representações sociais sobre trabalho e vida presentes entre mulheres que trabalham na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio (ARPE), localizada no interior do estado de São Paulo. Segundo a autora, a escassez de emprego no município é um

fator importante para que as mulheres atuem na coleta e comercialização de materiais recicláveis; nas representações das mulheres investigadas, o trabalho na reciclagem demarca um local de ambiguidades e de fronteiras entre a atuação e a participação feminina em uma atividade profissional considerada honesta, porém marginalizada por muitos na sociedade.

Kelita Rejanne Machado Gonçalves Cunha e Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira, em *Adolescências e judicialização da conduta juvenil*, discutem tanto as formulações legais que afirmam ou restringem direitos sociais dos adolescentes na sociedade capitalista contemporânea, quanto as políticas públicas propostas para a sua aplicação, ambas entranhadas por concepções de adolescência construídas historicamente, no sentido de pensar os efeitos judicializantes produzidos com a execução das leis. A partir desse objetivo, as autoras analisam o contexto histórico e os marcos legais para crianças e adolescentes no Brasil, os significados culturais e os valores sociais relacionados à adolescência, considerando a interdependência entre os movimentos de reforma dos marcos legais e fatores históricos, culturais e econômicos; por fim, analisam como a criminalização juvenil e a judicialização das relações humanas na contemporaneidade conferem primazia às ações coercitivas e correccionais, em detrimento das ações educacionais.

Alberto Dias Valadão e José Licínio Backes, no artigo *A pedagogia da alternância em Rondônia: alguns apontamentos críticos a partir dos estudos culturais*, tomam como referência empírica o Curso do Centro Familiar de Formação em Alternância (CEFFA), localizado em Ji-Paraná, no estado de Rondônia, para analisar criticamente a Pedagogia da Alternância. Argumentam os autores que essa concepção pedagógica objetiva a produção de sujeitos cidadãos conscientes, autônomos, homogeneizados, privilegiando, para alcançar o seu intento, os conhecimentos chamados científicos e as normas internas criadas pelas famílias, para regular e controlar as práticas e comportamentos dos sujeitos que ali estudam e trabalham.

UNICEF no Brasil e medicalização da infância, educação e família, artigo escrito por **Daiane Gasparetto da Silva, Flávia Cristina Silveira Lemos, Larissa Mendes, Patrícia Furtado Félix, Rachel Siqueira Dias e Robert Damasceno Rodrigues**, apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo problematizar a medicalização nos corpos de crianças e adolescentes, no Brasil, por meio das práticas de gestão disciplinar e biopolítica do UNICEF, privilegiando a análise de saberes e poderes nos manuais prescritivos de condutas. Os autores reconhecem que a medicalização tem efeitos de positividade na produção de saúde, em especial em lugares e realidades onde praticamente não há cuidados

básicos. No entanto, problematizam as disparidades existentes na realidade brasileira e as implicações da medicalização no campo dos direitos das crianças e adolescentes.

Em *(Re) construindo espaços e possibilidades com idosos em meio à inclusão digital*, **Juliana da Silva Guedes, Luciana Aparecida Fernandes, Maria Alice Silveira, Mariza Aparecida de Sousa, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo, Nathália dos Santos Dutra e Yone Maria Andrade Paiva Rogério** analisam a integração digital de idosos. Tomando como referência a experiência realizada em oficinas de inclusão digital, organizadas para idosos, as autoras enfatizam a importância desses espaços no resgate da identidade de idosos e no rompimento de visões preconceituosas e estigmatizantes, tanto no que diz respeito à aprendizagem e uso das tecnologias digitais por idosos, quanto ao fato de vê-los coabitarem o mesmo espaço e se reconhecerem como integrantes de um grupo com identidade própria.

Thayse Fernanda Gomes e Maria Helena Cariaga Silva, no artigo *Intervenção do assistente social na saúde mental: um relato de experiência*, analisam o trabalho da assistência social em saúde mental inserida num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II. Considerando a intervenção profissional no cotidiano de um CAPS II, bem como os suportes teóricos e metodológicos que a residência proporciona, as autoras constroem um olhar crítico sobre o fazer profissional do assistente social dentro do contexto da Saúde Mental e do SUS.

Em *Aspectos do trabalho e formação docente no serviço de atendimento educacional especializado da rede estadual de ensino de Santa Catarina*, **Lediane Coutinho e Aliciene Fusca Machado Cordeiro** analisam o trabalho e a formação de professores do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), na Rede Estadual de Ensino, em Joinville, Santa Catarina. A pesquisa realizada pelas autoras permitiu concluir que a formação continuada em serviço parece não ser favorecida nos espaços escolares em função das atuais condições de trabalho das docentes, que estão quase totalmente voltadas a atender estudantes; assim, a compreensão do trabalho e da formação dos professores do SAEDE requer um conhecimento e uma discussão da própria estrutura organizativa das escolas, bem como o contexto político, ideológico e econômico em que o trabalho docente é realizado.

Dolores Galindo, Morgana Moura e Ricardo Pimentel-Mello, em *Comunidades terapêuticas para pessoas que fazem uso de drogas: uma política de confinamento*, problematizam o processo terapêutico voltado às pessoas que fazem uso de drogas, defendido por uma das maiores redes de comunidades terapêuticas do Brasil. Segundo os autores, nas duas primeiras décadas dos anos 2000 as Comunidades Terapêuticas emergiram e se expandiram como equipamentos que criminalizam, patologizam e cristianizam pessoas que fazem uso de drogas; as comunidades terapêuticas se caracterizam por práticas de

manipulação de corpos e mortificação da vida, pela obrigatoriedade do trabalho, por uma ortopedia no conviver comunitário e pela imposição da espiritualidade como modo de vida. Assim, argumentam os autores, num contexto mais amplo de políticas de saúde mental e de atenção psicossocial, as comunidades terapêuticas representam um retrocesso nas práticas derivadas das lutas antimanicomiais e antiproibicionistas.

Em *Núcleo de atenção ao homem como espaço de reconstrução de masculinidades agressoras*, **Vagner Matias do Prado** e **Edson Marcelo Oliveira Silva** apresentam o Núcleo de Atenção ao Homem, de um município de médio porte do interior paulista, que desenvolve ações interventivas junto a homens agressores. A partir dessa apresentação, os autores procuram problematizar a violência de gênero, numa perspectiva de elaboração de estratégias de enfrentamento à violência, as quais, no entendimento deles, para além de medidas protetivas direcionadas às vítimas devem contribuir para que os próprios agressores possam ressignificar suas ações e condutas.

Acolhimento Institucional: a atuação da psicologia em diferentes regiões do Brasil, de **Juliano Beck Scott**, **Isabel Fernandes de Oliveira** e **Aline Cardoso Siqueira**, é resultado de uma pesquisa que investiga a atuação da psicologia em instituições de acolhimento; destacam os autores que prática do psicólogo nessas instituições tem se centrado no atendimento individual e em grupo, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, no treinamento e capacitação de funcionários e na articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

Em *Aconselhamento psicológico e psicologia positiva na saúde pública: escuta como produção de saúde*, **Fabio Scorsolini-Comin** apresenta e discute o aconselhamento psicológico no campo da saúde pública como forma de proporcionar uma escuta enquanto produção de saúde. Refletindo sobre a formação profissional em Psicologia no campo da saúde pública, o aconselhamento é apresentado também como possibilidade de inserção do estagiário neste cenário e de aprendizagem significativa acerca das competências e habilidades que devem atravessar e constituir o ser profissional. O autor conclui que a escuta pode ser valorizada pelos profissionais de saúde como forma de aproximá-los dos “clientes” e potencializar o desenvolvimento e o reconhecimento de recursos para a promoção do bem-estar.

Antes de terminar, queremos também reforçar nosso convite para que participem, enviando artigos, para os **dois Dossiês** que ainda estamos organizando para as edições da BARBARÓI durante o ano de 2018. Como indicado em números anteriores, os dois números de 2018 serão dedicados a Dossiês sobre **“Trabalho, precarização do trabalho e a atuação**

dos profissionais de Serviço Social” e sobre “Crise política, mobilizações coletivas e ativismo social: manifestações e protestos recentes no Brasil”.

Em relação ao primeiro Dossiê, pretendemos dar atenção às transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho em decorrência de processos de reestruturação produtiva, das dinâmicas das políticas econômicas, das intervenções nas legislações trabalhistas, mas, também, aos desafios e às possibilidades de atuação de profissionais do serviço social nesse contexto de (re) estruturas nos modos de organizar trabalho e os mercados de trabalho nas sociedades contemporâneas, em especial na sociedade brasileira.

Em relação ao segundo Dossiê, pretendemos contribuir com a análise das mobilizações coletivas que, desde as manifestações de junho de 2013, expressam diferentes formas de protesto coletivo no Brasil, seja para a defesa de direitos e a afirmação da cidadania, seja para avaliar publicamente políticos, governos e partidos. No horizonte das análises, as dinâmicas das mobilizações coletivas no período, as novas formas de ativismo social, os atores/sujeitos sociopolíticos, os repertórios, as concepções políticas e ideológicas, a cultura política vigente.

Os artigos, para os dois Dossiês, podem ainda ser enviados e submetidos no Site da Revista BARBARÓI (<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/about>), na seção “submissões online”.

Dúvidas poderão ser esclarecidas através dos seguintes endereços eletrônicos: mcadona@unisc.br e eduardaborstmann@hotmail.com.

Estão todos convidados e contamos com a participação de todos, também, para a divulgação desses dois projetos de publicação.

Eduarda da Silveira Borstmann

Marco André Cadoná

Maria Helena Sant’Ana

Editores da Revista Barbarói